

Influência da corrupção nos gastos das empresas estatais

Elias Pereira Lopes Júnior¹

Samuel Façanha Câmara²

Leonino Gomes Rocha³

Alexander Brasil⁴

¹ Universidade Federal do Cariri / Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Juazeiro do Norte / CE — Brasil

² Universidade Estadual do Ceará / Programa de Pós-Graduação em Administração, Fortaleza / CE — Brasil

³ Controladoria Geral da União, Fortaleza / CE — Brasil

⁴ Centro Universitário Christus (Unichristus) / Departamento de Administração, Fortaleza / CE — Brasil

O presente estudo procura analisar o efeito da corrupção sobre o nível de gastos das empresas estatais (State-Owned Enterprises — SOEs) e como essas práticas podem ser prejudiciais para a economia, a despeito do que propõe a hipótese *grease on the wheels*. Para atender à proposta do estudo, foi utilizada uma base de dados construída a partir de outras três bases que continham apenas empresas listadas no mercado de ações. Após o tratamento dos dados, restaram 96.379 observações de empresas de 41 países entre 2002 e 2011. Para a consecução dos resultados, a pesquisa fez uso da técnica Difference-in-Differences para mensurar o efeito da influência política sobre os gastos das SOEs após a crise financeira de 2008. Os resultados confirmaram a hipótese do estudo, demonstrando que em ambientes com elevada corrupção os políticos usam sua influência com o objetivo de obter ganhos políticos/privados.

Palavras-chave: ambiente político; corrupção; empresas estatais; gastos públicos.

Influencia de la corrupción en los gastos de las empresas estatales

Este trabajo busca analizar el efecto de la corrupción sobre el nivel de gasto de las empresas estatales (State-Owned Enterprises — SOEs) y como estas prácticas pueden ser perjudiciales para la economía, a pesar de lo que propone la hipótesis *grease on the wheels*. Para este propósito el estudio utiliza una base de datos construida a partir de otras tres bases conteniendo informaciones solo de empresas listadas em el mercado de acciones. Después del tratamiento de los datos, quedaron 96.379 observaciones de empresas de 41 países entre 2002 y 2011. Mediante el uso de la técnica Difference-in-Differences, se midió el efecto de la influencia política sobre los gastos de las SOEs, después de la crisis financiera de 2008. Los resultados confirmaron la hipótesis del estudio, demostrando que en ambientes con elevada corrupción, los políticos usan su influencia con el objetivo de obtener ganancias políticas/privadas.

Palabras clave: ambiente político; corrupción; empresas estatales; gastos públicos.

Influence of corruption on state-owned enterprise expenditures

This study aims to analyze the effect of corruption on state-owned enterprises (SOEs) and how this practice could be harmful to the economy, despite what the *grease on the wheels* hypothesis suggests. A database built from three other databases was used. It contained only stock market listed enterprises. After the data treatment process, only 96,379 observations remained, from companies from 41 countries between 2002 and 2011. To achieve the expected results this study used the Difference-in-Differences technique in order to measure the effect of political influence on SOEs spending after the 2008 financial crisis. The results confirmed the hypothesis of the study, demonstrating that within environments with high levels of corruption, politicians use their influence for political/private gain purposes.

Keywords: political environment; corruption; state enterprises; public spending.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612173631>

Artigo recebido em 17 dez. 2016 e aceito em 9 jan. 2018.



1. INTRODUÇÃO

A corrupção não é um problema recente ou exclusivo de países em desenvolvimento, mas é nessas nações que suas características e efeitos se fazem mais presentes, talvez pelo seu caráter mais sistêmico e pela descaracterização do problema perante a sociedade (e.g.: Persson, Rothstein e Teorell, 2013). Com efeito, Graeff e Mehlkop (2003) demonstram empiricamente que existem padrões estáveis de corrupção em sistemas de livre economia, que diferem apenas quando se observa o aspecto de riqueza dessas nações onde países mais pobres tenderiam a ser mais corruptos. Ambraseys e Bilham (2011) também encontraram resultados semelhantes a partir da forte correlação existente entre a renda *per capita* nacional e corrupção (i.e.: quanto mais pobre o país, mais corrupto ele seria). Essa prática tem causado sérios impactos no bem-estar das famílias, especialmente das menos favorecidas, que necessitam mais ativamente de serviços públicos essenciais, como demonstrado por Justesen e Bjørnskov (2014), inclusive atentando contra a vida das pessoas, como verificado por Ambraseys e Bilham (2011).

Entretanto, embora ainda exista a crença de que a corrupção possa ser desejada em face de alguns aspectos relacionados com a eficiência que traz a sistemas nos quais imperam a burocracia e a má governança das instituições públicas, como forma de fazê-los funcionar, a hipótese *grease on the wheels* (e.g.: Dreher e Gassebner, 2013; Kato e Sato, 2015; Melo, Sampaio e Oliveira, 2015; Goedhuys, Mohnen e Taha, 2016), isso não tem se verificado de forma consistente na literatura. De fato, até em países como a Islândia, considerada em 2005 e 2006 o país menos corrupto do mundo, fez-se uso de práticas de corrupção que ajudaram no desenvolvimento econômico do país, mas que cobraram seu preço na crise financeira de 2008, quando aproximadamente 85% do sistema financeiro do país entrou em colapso (Erlingsson, Linde e Öhrvall, 2016).

Diversos estudos reforçam o problema, como Dutta e Sobel (2016), que verificaram que a corrupção nunca favorece o empreendedorismo, mesmo em situações de crise (e.g.: crise financeira de 2008), ou seja, para os autores, a corrupção seria sempre maléfica, apenas reduzindo seu efeito negativo quando o clima de negócios fosse ruim. Já Méon e Sekkat (2005) observaram que a corrupção seria prejudicial para o crescimento e para o investimento, especialmente em países com sistemas institucionais fracos. Esse resultado corrobora os achados de Mauro (1995), que, em um estudo com 58 países, encontrou indícios de que a corrupção exerce um efeito negativo na relação entre PIB e investimentos privados, e de Mo (2001), que, em um estudo com 46 países, demonstrou que a elevação das práticas de corrupção reduz o crescimento econômico, apontando como principal canal de afetação nesse sentido a instabilidade política nos países.

Outro problema relacionado com a corrupção diz respeito à distorção nos gastos públicos que, como posto por Del Monte e Papagni (2001), tende a reduzir os *inputs* (e.g.: investimentos em infraestrutura e na qualificação de recursos humanos) necessários para que a iniciativa privada desenvolva suas atividades e estimule o crescimento econômico. Esses impeditivos, não raro, tendem a fazer com que o poder público justifique seus gastos, muitas vezes por meio de empresas públicas, com o intuito de incentivar a economia; contudo, em governos com práticas de governança duvidosas, espera-se que esse tipo de prática se constitua em “sinal verde” para práticas de corrupção. Nesse sentido, o estudo proposto pretende analisar o efeito da corrupção sobre os gastos das empresas estatais, na tentativa de revelar o quanto ambientes institucionais corruptos podem desviar essas organizações de seus objetivos econômicos e sociais em benefício de políticos e seus agregados.

Para atingir os objetivos propostos, este estudo se divide em seis seções, incluindo esta introdução, que procurou demonstrar a aparente divergência da literatura acerca dos benefícios e problemas da corrupção para a economia. Na seção 2, abordam-se os principais temas relativos à corrupção e os esforços das nações para combatê-la. A seção 3 instrumentaliza as hipóteses que nortearão a pesquisa. Já a seção 4 apresenta a metodologia e versa sobre o desenho do estudo e a técnica utilizada. Na seção 5 são feitas as análises referentes aos *outputs* do modelo proposto e, por fim, a seção 6, que apresenta as conclusões, limitações do estudo proposto e sugestões para pesquisas futuras.

2. A CORRUPÇÃO

A corrupção é um problema global que afeta toda a sociedade, governos e empresas. Os agentes públicos e os empresários tomam a decisão racional de se corromperem quando houver um incentivo para a prática do ato, isto é, no momento em que o somatório das probabilidades de serem descobertos e punidos, acrescido do tamanho da punição, for menor que o benefício adquirido (Rose-Ackerman, 2002:63-64; Ferreira, 2015).

Em período anterior aos anos 1990, a corrupção pública era tratada na literatura acadêmica praticamente por economistas inclinados para a modelação, dedicados ao estudo dos efeitos do desequilíbrio de informação em leilões (a assimetria de informações traria tal desequilíbrio). Estudos do impacto da corrupção sobre a economia eram raros, sendo o fenômeno considerado por muitos pesquisadores uma “graxa” que lubrifica a burocracia, uma acidentalidade pouco importante; porém, para alguns, seria benéfica para a eficiência econômica (Abramo, 2006; Dreher e Gassebner, 2013; Melo, Sampaio e Oliveira, 2015; Kato e Sato, 2015; Goedhuys, Mohnen e Taha, 2016).

Quanto ao benefício, a corrupção era considerada necessária para contratação com a administração pública, sendo essencial para obtenção de celeridade na tramitação de certos processos. A corrupção (desde pequenos subornos até grandes práticas de corrupção) em países menos desenvolvidos era aceita e até incentivada por diversos países desenvolvidos, inclusive com previsão de dedução tributária nas legislações (Pieth, 2002; Furtado, 2006). Nesse aspecto, pesquisadores acreditavam que a corrupção podia funcionar como um redutor das incertezas e barreiras num projeto de investimento, por exemplo, sem repercutir gravemente na taxa de retorno, bem como podia representar um forte instrumento contra as regulações excessivas e inadequadas (Campos, 2002).

A partir dos anos 1990, entretanto, o debate sobre o fenômeno aumentou e ganhou densidade, surgindo iniciativas visando identificar as causas institucionais da corrupção, alertando a sociedade para os custos sociais, econômicos e políticos, e sugerindo reformas para diminuir a incidência desse complexo fenômeno (Speck, 2000). Com isso, houve o declínio da interpretação da corrupção como “lubrificante” benéfico para a economia, passando-se a analisar o fenômeno em relação aos prejuízos que ela traz à sociedade (Abramo, 2006; Erlingsson, Linde e Öhrvall, 2016; Dutta e Sobel, 2016).

Corroborando essa posição, Eigen (2002) afirma que a corrupção, em maior ou menor grau, representa uma ameaça não somente ao meio ambiente, aos direitos humanos, às instituições democráticas e aos direitos e liberdades fundamentais, mas também aumenta a pobreza das populações e solapa o desenvolvimento. Quando muito disseminada, a corrupção diminui o fluxo dos investimentos, facilita as atividades do crime organizado e mina a legitimidade política, podendo impedir a consolidação das reformas pró-democráticas (Elliott, 2002; Rose-Ackerman, 2002:74).

A corrupção também passa a representar um ônus insustentável para economias que buscam um patamar competitivo, aumentando muito o custo operacional de diversos países. Traduz-se como uma das mais perversas tipologias criminosas, por impedir a ruptura dos ciclos de pobreza, minar os esforços dos estados nacionais em produzir desenvolvimento econômico e social, e condenar amplos contingentes populacionais a condições de miséria (Ribeiro, 2001). Tanzi e Davoodi (1998) dão suporte às aceções de Ribeiro (2001), tendo obtido evidências empíricas dos efeitos negativos da corrupção sobre o crescimento econômico, mostrando ainda que a alta incidência do fenômeno (*i.e.*: corrupção) está associada a elevados investimentos públicos e baixa qualidade da infraestrutura pública.

Ademais, com a globalização da economia, houve um incremento na circulação de bens e capitais ilícitos, o que não prejudica apenas o país de origem da corrupção, mas também os países receptores, sendo o que se chama de “corrupção globalizada” (e.g.: Ambraseys e Bilham, 2011). Esse fato fortalece a necessidade da cooperação internacional para o combate à corrupção e recuperação de ativos (Olmos, 2013). Quando se fala em combate à corrupção globalizada, tem-se como fundamental o pioneirismo americano por meio da Foreign Corrupt Practices Acts (FCPA), aprovada em 1977 e alterada em 1988 e 1998 pelo Congresso dos Estados Unidos (Ferreira, 2015).

Essa legislação americana serviu de modelo para outras normas de combate ao fenômeno em diversos países, bem como para a criação de convenções internacionais. Assim, vieram as Convenções Internacionais de Combate à Corrupção, que possuem a República Federativa do Brasil como país signatário, sendo as principais as constantes do quadro 1.

QUADRO 1 PRINCIPAIS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Convenção	Organização	Data Aprovação	Promulgação Brasil
Sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais	Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE)	17/12/1997	Decreto Presidencial nº 3.678, de 30/11/2000
Convenção Interamericana contra a Corrupção	Organização dos Estados Americanos (OEA)	29/3/1996	Decreto Presidencial nº 4.410, de 7/10/2002
Convenção da ONU contra a Corrupção (Convenção de Mérida)	Organização das Nações Unidas (ONU)	9/12/2003	Decreto Presidencial nº 5.687, de 31/1/2006

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do site da CGU (2014).

Essas convenções são a base para implementação de medidas anticorrupção em todo o mundo e abordam aspectos como suborno nacional e transnacional, enriquecimento ilícito, recuperação de ativos, cooperação jurídica internacional, responsabilização de pessoas jurídicas por atos de corrupção, entre outros. Além disso, conforme Jones (1991), as empresas públicas deveriam ser avaliadas no sentido de seguirem metas e objetivos para melhorar a eficiência e evitar ações ilegítimas.

No caso brasileiro, para atender ao artigo 173, §1º, da Constituição Federal, segundo o qual deveria ser elaborada lei que instituísse o estatuto das empresas públicas e sociedades de economia mista, foi regulamentada a Lei nº 13.303/2016, que tem sido denominada “Lei das Estatais”. Essa lei trouxe uma série de inovações, com objetivo de modernizar e adequar a gestão das empresas públicas e sociedades de economia mista aos tempos atuais. Essas mudanças também visam mudar a cultura de que as empresas estatais vêm sendo tratadas como mecanismos de troca de favores políticos, onde conceitos éticos são por vezes ignorados e a corrupção é vista como uma situação de normalidade (Gomes, 2017).

Neste contexto de combate global à corrupção a partir da década de 1990, as preocupações se orientam fortemente para os países de economia emergente, que possuem nessa prática um problema resistente e que permeia as relações entre o governo e a economia, impactando os diversos setores produtivos, por diversos mecanismos, tais como a maneira como as chamadas empresas controladas pelo Estado se comportam e seguem trajetórias que podem ser enviesadas pelo nível de corrupção a que estiverem expostas. O que se trata da centralidade deste estudo, como apresentado a seguir.

3. FORMULAÇÃO DA HIPÓTESE

A corrupção pode ser vista como uma prática que atrapalha o desenvolvimento do comércio, visto que ela representa um desperdício no uso dos recursos que poderiam ser investidos de maneira mais lucrativa e, além disso, conforme levantado por Dutta e Sobel (2016), sempre causa danos, independentemente da situação de mercado, apenas reduzindo seus efeitos negativos em momentos de crise. Gray e Kaufmann (1998) já haviam percebido esse problema, apontando que a corrupção se constitui no maior obstáculo ao desenvolvimento econômico e crescimento das nações. De maneira complementar, Bai e colaboradores (2013) realizaram um estudo em que verificaram a hipótese de que o crescimento econômico provocaria a diminuição da corrupção estatal (especificamente em relação ao suborno) e, como resultado, concluíram que, de fato, o crescimento econômico provoca a diminuição do suborno. Entretanto, essa corrupção levantada por Bai e colaboradores (2013) poderia ser considerada aquilo que a literatura aponta como *petty bribe* (pequeno suborno), algo bastante diferente do que ocorre quando os agentes do processo são políticos, onde valores e a complexidade de relações tendem a desenvolver a *grand corruption* (grande corrupção).

A corrupção política pode ser considerada abuso de poder, cargos ou recursos por governantes para ganho pessoal (Svensson, 2005). Nesse contexto, entende-se que as SOEs são mais propícias para a ocorrência desse tipo de corrupção, não porque os empregados são mais corruptos do que os trabalhadores de empresas privadas, mas devido à quantidade de oportunidades para a corrupção por parte dos políticos. A corrupção pública se instaura e desenvolve quando um empregado, eleito ou não, usa sua posição no governo para obter benefícios privados. A existência deste tipo de corrupção indica falta de respeito às regras e regulamentações das transações econômicas em uma sociedade, uma vez que esse ato induz à necessidade de realizar pagamentos adicionais e irregulares para conseguir algo em troca (Kaufmann, Kraay e Mastruzzi, 2004).

Como em ambientes mais corruptos os políticos têm mais facilidade para obter ganhos privados, então, o governo pode utilizar as SOEs para conseguir apoio político. Isso demonstra que a corrupção facilita as trocas de benefícios, o que não ocorreria em outros ambientes (Aidt, 2009). Nesse caso, os políticos podem direcionar os gastos realizados por empresas estatais não apenas para conseguirem

votos para se reelegerem, mas também para conseguirem o apoio necessário para aprovarem projetos de lei que promovam mudança na política de interesses escusos. Este tipo de influência é possível porque, conforme Shleifer e Vishny (1994), as SOEs são empresas ineficientes em virtude das pressões que os políticos exercem sobre elas. Essas pressões podem se dar para alcançar objetivos políticos como a alocação da produção em regiões politicamente desejáveis em detrimento de regiões economicamente atrativas, o que não se verifica quando o Estado é agente minoritário nas SOEs (Inoue, Lazzarini e Musacchio, 2013).

Entretanto, não raro, evidencia-se o problema do uso das SOEs, por parte dos políticos, como meio de transferência de renda, especialmente em ambientes de elevada desigualdade (Avsar, Karayalcin e Ulubasoglu, 2013). Some-se a isso a ineficiência dos gastos de curto prazo das SOEs, que são frequentemente utilizadas por políticos para ganhos pessoais (Campos e Pereira, 2016), em face do controle majoritário do Estado sobre as SOEs (Musacchio e Lazzarini, 2012), e tem-se a criação de uma corrupção patológica. O problema se agrava ainda mais quando essas SOEs lidam com investidores no mercado de capitais, pois as práticas de ingerência crônicas dificultam o processo de capitalização dessas empresas, especialmente pela dificuldade de proteção ao acionista minoritário.

Para La Porta e colaboradores (2000), os direitos de proteção dos acionistas minoritários não são considerados quando há pouca ou nenhuma transparência e isso se torna um “problema de agência” entre gestores e acionistas externos. Assim, em um ambiente com fraca governança corporativa, as SOEs não são transparentes quanto às suas ações, o que facilita a influência do governo para direcionar os gastos realizados por elas. Portanto, em um ambiente mais corrupto, existe maior facilidade de apropriação por parte do governo, então ele pode influenciar as decisões de investimento das SOEs e conseguir o apoio necessário para a aprovação de seus projetos de lei. Assim, tem-se como hipótese da presente pesquisa:

H₁: Em ambientes mais corruptos as SOEs gastam mais do que as empresas privadas.

Dessa hipótese principal podem ser derivadas mais quatro sub-hipóteses relacionadas com os tipos de gastos que podem estar envolvidos, como se segue:

H_{1.1}: Em ambientes mais corruptos, as SOEs gastam mais com investimentos totais do que as empresas privadas;

H_{1.2}: Em ambientes mais corruptos, as SOEs gastam mais com a folha de empregados do que as empresas privadas;

H_{1.3}: Em ambientes mais corruptos, as SOEs gastam mais com investimentos de curto prazo do que as empresas privadas;

H_{1.4}: Em ambientes mais corruptos, as SOEs têm gestão menos eficiente dos ativos em relação às empresas privadas.

Para este estudo, a definição de “ambientes mais corruptos” será feita com base na classificação de dois indicadores relativos à corrupção (Corruption e Control of Corruption) que serão detalhados nas próximas seções.

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa é do tipo exploratória-descritiva com abordagem quantitativa. É do tipo exploratória por procurar uma melhor compreensão das relações entre a corrupção e os gastos feitos por empresas estatais. De acordo com Gil (2006), as pesquisas exploratórias têm como objetivo principal o

aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. A fase descritiva se deu com a obtenção das bases de dados e análises estatísticas. A natureza quantitativa justifica-se pelos métodos utilizados para o alcance dos resultados obtidos.

Para este estudo, foram utilizados dados secundários disponíveis em base de dados reconhecidos e confiáveis (quadro 2). Inicialmente, foram coletadas 106.765 observações de empresas¹ de 41 países, obtidas na base de dados Compustat Global entre os anos de 2002 e 2011. Foram utilizados dados secundários de quatro bases de dados: Compustat Global, Mergers & Acquisitions (M&A), Worldwide Governance Indicators e International Country Risk Guide.

A Compustat Global oferece dados financeiros e de mercado de mais de 13 mil empresas em mais de 80 países. Os dados são coletados pela Standard & Poor's com base no exame das demonstrações financeiras das empresas. Os dados são normalizados de acordo com os princípios contábeis locais, métodos de divulgação e definições de itens de dados (Brito e Vasconcelos, 2005). Como medida de investimentos foram usadas as variáveis Aumento dos Investimentos (Increase in Investments), Investimentos de Curto Prazo (Short-Term Investments), Empregados (Employees) e Retorno dos Investimentos (Sale of Investments).

Para a identificação das SOEs, foi utilizada a base de dados M&A, desenvolvida pela Thomson Reuters. A M&A apresenta um conjunto de dados da atividade de empresas públicas e privadas, desde o final da década de 1970, em todos os principais tipos de negócio. A base de dados rastreia mudanças de propriedade econômica no nível da controladora final. Todas as ofertas que envolvam a compra de, pelo menos, uma participação de 5% (ou uma participação de 3% para promoções divulgadas de pelo menos US\$ 1 milhão) são rastreadas, incluindo transações que começaram como rumores. Assim, as informações abrangem as operações de rumor ou anúncio oficial até a conclusão ou cancelamento. Além disso, para identificar as empresas estatais, também foram consultados os sites oficiais das empresas, bem como seus relatórios de atividades.

O primeiro indicador relativo à corrupção foi coletado a partir da base de dados do Banco Mundial: Worldwide Governance Indicators (WGI). A WGI é composta por seis indicadores compostos de grandes dimensões, cobrindo mais de 200 países desde 1996: Voice and Accountability (Voz e Responsabilização), Political Stability and Absence of Violence (Estabilidade Política e Ausência de Violência/terrorismo), Government Effectiveness (Efetividade do Governo), Regulatory Quality (Qualidade Regulatória), Rule of Law (Estado de Direito) e Control of Corruption (Controle da Corrupção). Essa base de dados possui informações agregadas e individuais sobre indicadores de governança de 213 países ao longo do período entre 1966 e 2012 (World Bank, 2017).

Esses indicadores são baseados em centenas de variáveis obtidas a partir de 31 diferentes fontes de dados, capturando percepções de governança conforme informado por entrevistados, organizações não governamentais, fornecedores de informações comerciais, empresas e organizações do setor público em todo o mundo. Os valores desses indicadores variam de -2,5 a 2,5. No caso da medida Control of Corruption, por exemplo, quanto menor o valor, maior o uso do poder público para ganhos privados. Por outro lado, para valores mais altos, menor a corrupção.

¹ Na base de dados não constam empresas do ramo financeiro. A comparação delas com empresas de outros segmentos poderia ser uma grande limitação, tendo em vista as especificidades das companhias financeiras.

Outro indicador relacionado com a corrupção foi obtido na base de dados Country Risk Guide, a qual possui 12 indicadores, mas, para esta pesquisa, utilizou-se apenas o indicador Corruption (Corrupção). A variável Corruption é uma avaliação da corrupção dentro do sistema político. Tal corrupção distorce a conjuntura econômica e financeira dos países e reduz a eficiência do governo, permitindo que as pessoas assumam posições de poder por meio de patrocínio em vez de capacidade. O indicador varia de zero (ambientes mais corruptos) a seis (ambientes menos corruptos).

Este estudo pode ser considerado uma pesquisa não experimental, já que não houve qualquer possibilidade de manipulação dos dados. Fez-se uso de um quasi-experimento utilizando a técnica de diferença em diferenças (Difference-in-Differences). O quasi-experimento ocorre quando um evento exógeno afeta a variável explicativa.

A técnica foi utilizada para relacionar a corrupção e os gastos realizados pelas empresas, após a crise de 2008. A crise de 2008 foi escolhida como ponto de corte por ter sido um evento exógeno fora do controle das empresas. Para este estudo, foram utilizadas empresas de controle (empresas privadas) e de tratamento (empresas estatais).

QUADRO 2 VARIÁVEIS DO ESTUDO

Variáveis Dependentes	
Variável	Fórmula/Descrição
Increase in Investments	Esse item representa os fundos utilizados para aumentar os investimentos a longo prazo de uma empresa.
Short-Term Investments — Total	Esse item representa os investimentos atualmente transacionáveis, tal como apresentado na seção Ativo Circulante do Balanço. Tais aplicações destinam-se a ser convertidas em dinheiro dentro de um período relativamente curto de tempo.
Employees	Esse item representa o número real de pessoas empregadas pela companhia e suas subsidiárias.
Sale of Investments	Esse item representa o recebimento de investimentos de longo prazo.
Variáveis Independentes	
Variável	Fórmula/Descrição
Corruption	Essa é uma avaliação da corrupção dentro do sistema político. Tal corrupção é uma ameaça para o investimento estrangeiro por várias razões: ela distorce a conjuntura econômica e financeira; reduz a eficiência do governo e de negócios, permitindo que as pessoas assumam posições de poder por meio de patrocínio em vez de capacidade; e introduz uma instabilidade inerente ao processo político.
Control of Corruption	Percepções sobre a extensão em que o poder público é exercido para ganhos privados, incluindo as formas corrupção, bem como “captura” do Estado por elites e interesses privados.

Continua

Variáveis de Controle	
Variável	Fórmula/Descrição
País	Série de variáveis <i>dummies</i> , cada uma relacionada com um país, na qual 1 indica que a empresa opera no país e 0 em caso contrário.
Ano	Série de variáveis <i>dummies</i> , cada uma relacionada com um ano.
Empresa	Série de variáveis <i>dummies</i> , cada uma relacionada com uma empresa.
Tipo	Variável <i>dummy</i> relacionada com um tipo de empresa, na qual 1 indica que a empresa é uma estatal e 0 em caso de empresa privada.
Crise	Variável <i>dummy</i> relacionada com a crise internacional de 2008, na qual foi atribuído o valor 1 para os anos de 2008 em diante e 0 para os anos anteriores a 2008.
Tipo × Crise	Variável <i>dummy</i> , em que a interação entre as duas <i>dummies</i> anteriores captará as empresas (i) no ano (t) que são SOEs e passam pela crise recebendo o valor 1 e recebendo 0 as demais empresas.
Crise (2006)	Variável <i>dummy</i> relacionada com o efeito placebo para a crise, na qual foi atribuído o valor 1 para os anos de 2006 em diante e 0 para os anos anteriores a 2006.
Tipo × Crise (2006)	Variável <i>dummy</i> . Interação entre as variáveis “Tipo” e “Crise (2006)”, na qual as empresas (i) no ano (t) que são SOEs e do período de 2006 em diante recebem valor 1 e as demais empresas recebem valor 0.

Fonte: Dados da pesquisa.

Meyer (1995), em seu trabalho seminal, descreve o método Diff-in-Diff como adequado para realizar experimentos, na qual é possível identificar a influência de uma fonte exógena sobre as variáveis explicativas, induzida por uma alteração na política ou evento similar. Para implementar o modelo de Diff-in-Diff foi utilizada uma regressão em painel com duplo efeito fixo, tendo em vista ser a que melhor se adapta a estudos longitudinais com múltiplas variáveis cujas unidades se repetem ao longo dos diversos cortes transversais.

O modelo para a hipótese 1 pode ser escrito da seguinte forma:

$$Y_{it} = \alpha_i + \Psi_t + \beta_1 \text{Tipo} + \beta_2 \text{Crise} + \beta_3 \text{TipoxCrise} + \beta_4 \text{Ano} + \beta_5 \text{País} + \epsilon_{it} \quad (\text{Equação 1})$$

Onde:

Y_{it} = variáveis dependentes: Increase in Investments, Short-Term Investments, Employees e Sale of Investments.

α_i = Efeito fixo de empresas.

Ψ_t = Efeito fixo de tempo.

Tipo = variável *dummy*, em que recebe o valor 1 se a empresa é uma SOE e 0 se é uma empresa privada.

Crise = variável *dummy*, em que recebe o valor 1 se a empresa (i) no trimestre (t) está presente no período da crise (de 2008 a 2011) e 0 os demais períodos coletados na amostra.

TipoxCrise = variável *dummy* que captura o efeito do Diff-in-Diff, isto é, a diferença dos grupos em períodos de crise. É representada pela interação entre as duas *dummies* anteriores.

Ano = variável *dummy* para ano.

País = variável *dummy* para país.

eit = termo do erro estocástico da regressão.

Para a aplicação técnica do Diff-in-Diff, a amostra geral foi subdividida. A mediana foi utilizada para caracterizar o ambiente com elevada corrupção. Para a variável Control of Corruption, por exemplo, a primeira base de dados continha todas as empresas que estavam em países nos quais o indicador de corrupção foi maior ou igual a 0,58.

A segunda base de dados foi composta por todas as empresas que estavam em países nos quais o indicador foi abaixo de 0,58. O mesmo procedimento foi feito em relação à variável Corruption. Portanto, geraram-se duas bases de dados: uma só com empresas em ambientes com baixa corrupção (ambientes menos corruptos) e outra com empresas em ambientes com elevada corrupção (ambientes mais corruptos).

Para o tratamento dos dados e verificação de adequação da amostra quanto à normalidade dos dados, foi feita a winsorização da amostra, conforme prescrito por Kállas (2014), e testes de normalidade multivariada, com os parâmetros de assimetria e curtose, bem como os testes de normalidade Doornik-Hansen e Henze-Zikler, como proposto por Xavier (2011).

5. RESULTADOS

A base de dados original foi originada da Compustat Global e continha 106.765 observações entre os anos de 2002 e 2011. As relacionadas com a governança corporativa, agregadas no nível de país, também são oriundas de 2002 a 2011. Após o tratamento das observações duplicadas, a amostra final resultou em 96.379 observações de empresas de 41 países. Além disso, a variável Increase in Investments foi tratada em relação ao percentual de valores faltantes (*missing values*), já que foi maior que 10%, preenchendo-se os valores com a média da respectiva variável.

Em seguida, analisou-se a ocorrência de observações atípicas (*outliers*), que são observações que apresentam características diferentes das demais. Tradicionalmente, são consideradas observações que apresentam valores muito elevados ou muito baixos. As observações atípicas desviam-se tanto das demais, a ponto de gerar suspeitas de que foram geradas por mecanismos diferentes. Por conta disso, elas podem influenciar os resultados das análises estatísticas e, eventualmente, levar o pesquisador a conclusões incorretas (Kállás, 2014).

Para esse estudo, adotou-se o modelo seguido por Kállás (2014), utilizando-se a técnica de winsorização. Trata-se de uma técnica desenvolvida por Charles P. Winsor em 1941 que sugere que, ao se encontrar uma observação atípica, não se deve simplesmente rejeitá-la. Ao invés disso, deve-se substituir seu valor pelo valor mais próximo de uma observação não suspeita. Para distribuições normais, as médias das amostras winsorizadas são mais estáveis que as médias das amostras onde as observações atípicas são eliminadas. As amostras winsorizadas são, portanto, inevitavelmente do mesmo tamanho que as amostras originais coletadas (Kállás, 2014:93). Por meio de análise e julgamento do pesquisador, escolheu-se por usar as variáveis winsorizadas a 1%.

Tem-se na tabela 1 a estatística descritiva das variáveis independentes. Os possíveis valores para a variável Corruption, oriunda da base de dados International Country Risk Guide, variam entre 0 e 4 e, para esta amostra, a média foi 3,10. Já os valores para a variável Control of Corruption, capturada

da base de dados Worldwide Governance Indicators, podiam variar entre -2,5 e 2,5 e a sua média para essa amostra foi de 0,58.

TABELA 1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Variável	Obs.	Média	DP	Mínimo	Máximo
Corruption	96.379	3,10	1,18	1,00	5,50
Control of Corruption	96.379	0,58	1,10	-1,83	2,46

Fonte: Dados da pesquisa.

A tabela 2 apresenta os resultados dos testes referentes à normalidade multivariada. Conforme Xavier (2011), esses testes são cruciais para verificar se as suposições dos testes estatísticos são parcialmente atendidas. Todos os quatro testes realizados refutaram a hipótese nula de normalidade multivariada. O teste de normalidade univariada também refutou as suposições de ausência de assimetria, curtose e de distribuição normal. Os testes foram feitos a partir do comando *mvtest normality* do programa Stata, com a opção *all*.

TABELA 2 TESTES DE NORMALIDADE MULTIVARIADA

Assimetria	=	9.303.455	chi2(816)	=	1.45e+08	Prob>chi2	=	0.0000
Curtose	=	11692.07	chi2(1)	=	5.26e+09	Prob>chi2	=	0.0000
Henze-Zirkler	=	1.325.681	chi2(1)	=	9.15e+08	Prob>chi2	=	0.0000
Doornik-Hansen	=		chi2(32)	=	3.84e+08	Prob>chi2	=	0.0000

Fonte: Dados da pesquisa.

5.1 EMPRESAS EM AMBIENTES COM ELEVADA CORRUPÇÃO

Na análise aplicou-se a técnica do Diff-in-Diff para cada variável dependente. A tabela 3 contém somente empresas que estão localizadas em ambientes (países) com elevada corrupção. Com a variável tipo × crise, analisou-se primeiramente se existem diferenças em relação ao comportamento dos gastos das empresas públicas e privadas no período de 2008 a 2011. Como medida de comparação, realizou-se o mesmo procedimento, contudo, utilizando o período de 2006 a 2011 (tipo × crise) (2006). Essa medida foi tomada para verificar se os resultados do Diff-in-Diff são específicos para o período da crise de 2008; então, utilizou-se o período de 2006 a 2011 como uma espécie de placebo.

TABELA 3 RESULTADOS DO DIFF-IN-DIFF PARA ELEVADA CORRUPÇÃO

Variáveis	Corruption				Control of Corruption			
	TipoXcrise	P> z	Tipo × crise (2006)	P> z	tipoXcrise	P> z	Tipo × crise (2006)	P> z
Increase in Investments	-12609.42	0.851	272299.6	0.546	-20098.64	0.767	191107.3	0.659
Employees	7020622	0.029	4.383.762	0.126	6.323.302	0.034	4.011.614	0.153
Short-Term Investments	6.84e+08	0.048	-482875.9	0.298	8.84e+08	0.058	-595513.2	0.236
Sale of Investments	-295168.7	0.057	258443.6	0.164	-546951.3	0.000	41651.06	0.751

Fonte: Dados da pesquisa.

Com exceção da variável Increase in Investments (valor P acima de 10%), hipótese $H_{1,1}$, para todas as demais variáveis, as empresas estatais investiram mais do que as empresas privadas em ambientes com elevada corrupção após a crise de 2008 (valor da variável tipo × crise foi positivo). Como a significância das variáveis no período do placebo foi acima de 10%, ou seja, não houve diferenças, então pode-se afirmar que houve aumento dos gastos das empresas estatais após a crise de 2008. Adicionalmente, pode-se verificar ainda que, de acordo com a tabela 3, as SOEs investiram mais em empregados após a crise de 2008 ($H_{1,2}$). Esse resultado pode ser um indício de que os políticos, de fato, utilizam sua influência sobre as estatais para indicar a contratação de empregados em troca de favores políticos. Essa ideia já vem sendo debatida em outras pesquisas, tal como Gomes (2017), que verificou que as estatais podem ser reconhecidas como excelentes mecanismos de barganha e troca de favores.

Pode-se afirmar ainda que em ambientes mais corruptos as SOEs que têm o governo como acionista majoritário gastam mais em investimentos de curto prazo em relação às empresas privadas ($H_{1,3}$). Nesse caso, a corrupção pode facilitar a troca de favores políticos e o investimento de curto prazo pode ser útil por ter um retorno mais rápido. Conforme Campos e Pereira (2016), os investimentos de curto prazo das empresas estatais geralmente são valores maiores do que o necessário em virtude de ineficiências. Portanto, os políticos se aproveitam dessa ineficiência para realizar desvios e obterem ganhos pessoais.

Outro resultado importante é que em ambientes mais corruptos as SOEs que têm o governo como acionista majoritário têm uma menor receita de investimentos em relação às empresas privadas ($H_{1,4}$). Portanto, a menor receita obtida pelas empresas estatais pode ser em função de sua própria ineficiência. Para Shleifer e Vishny (1994), as ineficiências das empresas estatais podem ser muito prejudiciais para a empresa e para a própria sociedade.

Nesse caso, Jones (1991) mostrou em seu estudo que um aumento de 5% na eficiência de empresas estatais, sem qualquer alteração nos preços ou nos investimentos, resultaria na liberação de recursos de cerca de 5% do PIB no Egito, ou proporcionaria uma redução de 50% dos impostos diretos no Paquistão, ou seria capaz de financiar um aumento de 150% nos gastos com educação, saúde, cultura e ciência na China.

5.2 EMPRESAS EM AMBIENTES COM BAIXA CORRUPÇÃO

Os resultados para a base de dados para empresas que estavam em ambientes com baixa corrupção, mostrados na tabela 4, não apresentaram diferenças nem antes nem depois do placebo (2006), e nem antes nem depois da crise (2008). A análise foi feita com base no valor P (todos acima de 10%). Com isso, fica mais claro que a influência dos políticos sobre as SOEs é mais evidente em ambientes mais corruptos.

TABELA 4 RESULTADOS DO DIFF-IN-DIFF PARA BAIXA CORRUPÇÃO

Variável	Corruption				Control of Corruption			
	tipo × crise	P> z	tipo × crise (2006)	P> z	tipo × crise	P> z	tipo × crise (2006)	P> z
Increase in Investments	-134186.9	0.153	-146897.9	0.131	-1390994	0.962	14624.55	0.502
Employees	5596125	0.870	5.812.953	0.983	7.436.006	0.878	-7.924.969	0.871
Short-Term Investments	85128.46	0.303	34080.46	0.611	39201.53	0.217	3687693	0.905
Sale of Investments	-1841925	0.291	-359584.2	0.121	-1841925	0.291	-359584.2	0.121

Fonte: Dados da pesquisa.

6. CONCLUSÕES

De uma forma geral, os indicadores de corrupção podem ser relacionados com os gastos feitos pelas empresas estatais. Com relação à corrupção (Corruption), os governos utilizam as SOEs com intuito de tentar diminuir a desigualdade em seu país, pagando salários mais elevados ou contratando mais empregados do que o necessário (Avsar, Karayalcin e Ulubasoglu, 2013). Portanto, em ambientes mais corruptos os políticos utilizam sua influência sobre as SOEs para aumentar os gastos e conseguem ganhos privados, tendo em vista que a corrupção é uma das formas de se burlar instituições e praticar atos oportunistas. Uma vez que existe o sentimento de que ela é controlada, cai o oportunismo.

Em relação ao controle da corrupção (Control of Corruption), em ambientes com maior uso do poder público para ganhos privados as SOEs que têm o governo como acionista majoritário podem investir mais do que as empresas privadas. Seguindo a ideia de Svensson (2005), na qual a corrupção política pode ser considerada um abuso de poder, cargo ou recursos por governantes para ganho pessoal, esse fato justifica-se pela utilização da influência dos políticos sobre as empresas estatais para conseguirem ganhos políticos/privados.

Conforme Inoue, Lazzarini e Musacchio (2013), os benefícios dos tipos de empresas estatais comparados com empresas puramente privadas não têm sido examinados. Conforme os autores, o risco de problemas de agência é menor em empresas estatais em que o Estado é acionista minoritário devido à baixa intervenção do governo e ao elevado monitoramento. Esta pesquisa traz relevantes contribuições para a teoria da administração, em especial à gestão estratégica. Primeiramente, melhora

a compreensão acerca da decisão de investir por parte das SOEs, incluindo uma nova perspectiva que também pode explicar a decisão das SOEs em realizar gastos. Outra importante contribuição reside na tentativa de elucidar a relação da eficiência dos investimentos realizados por empresas estatais.

Como limitação do estudo, tem-se que os indicadores de governança corporativa utilizados são medidas de percepção e, apesar de serem amplamente utilizados em pesquisas acadêmicas, estão sujeitos a distorções. Como sugestão para pesquisas futuras, tem-se a utilização da classificação proposta por Musacchio e Lazzarini (2012) para SOEs minoritárias, na qual os autores propuseram as seguintes possibilidades: empresas parcialmente privatizadas, participação em *holdings* estatais, empréstimos por empresas estatais e/ou bancos de desenvolvimento, fundos (pensão, vida, seguro) controlados pelo governo. Nesse caso, seria necessária a busca por outras bases de dados, tendo em vista que se tentou fazer essa classificação, porém só foram obtidos dois tipos de empresas estatais em que o governo é o acionista minoritário: empresas parcialmente privatizadas e *holdings* estatais. Outra sugestão seria utilizar outras medidas de investimento, bem como de corrupção. Em relação à corrupção especificamente, um indicador alternativo seria o Índice de Percepção da Corrupção (Corruption Perception Index), que foi desenvolvido pela organização não governamental Transparência Internacional.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Cláudio W. Percepções pantanosas. *Revista da Controladoria-Geral da União*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 117-121, dez. 2006.
- AIDT, Toke S. Corruption, institutions, and economic development. *Oxford Review of Economic Policy*, v. 25, n. 2, p. 271-291, 2009.
- AVSAR, Veysel; KARAYALCIN, Cem; ULUBASOGLU, Mehmet Ali. State-owned enterprises, inequality, and political ideology. *Economics & Politics*, v. 25, n. 3, p. 387-410, 2013.
- AMBRASEYS, Nicholas; BILHAM, Roger. Corruption kills. *Nature*, v. 469, n. 7329, p. 153-155, 2011.
- BAI, Jie et al. Does economic growth reduce corruption? Theory and evidence from Vietnam. *National Bureau of Economic Research Working Paper Series*, Working Paper n. 19483, p. 1-56, 2013.
- BRITO, Luiz A. L.; VASCONCELOS, Flávio C. de. A influência do país de origem no desempenho das empresas. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 9, n. 4, p. 97-118, 2005.
- CAMPOS, Francisco. Corrupção: aspectos econômicos e institucionais. *Revista de Economia Aplicada*, v. 6, n. 4, p. 767-791, 2002.
- CAMPOS, Francisco A. O.; PEREIRA, Ricardo A. Corrupção e ineficiência no Brasil: uma análise de equilíbrio geral. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 373-408, 2016.
- CGU. Controladoria-Geral da União. *Convenções internacionais*. 2014. Disponível em: <www.cgu.gov.br/assuntos/articulacao-internacional/convencoes-internacionais>. Acesso em: 10 dez. 2016.
- DEL MONTE, Alfredo; PAPAGNI, Erasmo. Public expenditure, corruption, and economic growth: the case of Italy. *European Journal of Political Economy*, v. 17, n. 1, p. 1-16, 2001.
- DREHER, Axel; GASSEBNER, Martin. Greasing the wheels? The impact of regulations and corruption on firm entry. *Public Choice*, v. 155, n. 3-4, p. 1-20, 2013.
- DUTTA, Nabamita; SOBEL, Russell. Does corruption ever help entrepreneurship?. *Small Business Economics*, v. 47, n. 1, p. 179-199, 2016.
- EIGEN, Peter. A ascensão do tema corrupção. In: SPECK, Bruno Wilhelm (Org.). *Caminhos da transparência*. Campinas: Unicamp, 2002. p. 335-354.
- ELLIOTT, Kimberly A. *A corrupção e a economia global*. Brasília: Editora UnB, 2002.
- ERLINGSSON, Gissur Ó.; LINDE, Jonas; ÖHRVALL, Richard. Distrust in utopia? Public perceptions of corruption and political support in Iceland before and after the financial crisis of 2008. *Government and Opposition*, v. 51, n. 4, p. 553-579, 2016.
- FCPA. *A resource guide to the U.S. Foreign Corrupt Practices Act*. Criminal Division of the U.S. Department of Justice and Enforcement Division of the U.S. Securities and Exchange Commission. Washington, 2012. Disponível em: <www.sec.gov/spotlight/fcpa/fcpa-resource-guide.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2016.
- FERREIRA, Luciano V. *A construção do regime jurídico internacional antissuborno e seus impactos no Brasil: como o Brasil pode controlar o suborno praticado por empresas transnacionais*. 2015. Tese (doutorado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- FURTADO, Lucas R. A comunidade internacional e a corrupção transnacional: raízes para combater a corrupção. *Revista da Controladoria-Geral da União*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 43-60, dez. 2006.
- GIL, Antônio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- GOEDHUYS, Micheline; MOHNEN, Pierre; TAHA, Tamer. Corruption, innovation and firm growth: firm-level evidence from Egypt and Tunisia. *Eurasian Business Review*, v. 6, n. 3, p. 299-322, 2016.
- GOMES, Camila P. B. A nomeação de dirigentes de estatais a partir da Lei 13.303/16. *Revista Juris UniToledo*, v. 2, n. 2, p. 27-38, 2017.
- GRAEFF, Peter; MEHLKOP, Guido. The impact of economic freedom on corruption: different patterns for rich and poor countries. *European Journal of Political Economy*, v. 19, n. 3, p. 605-620, 2003.
- GRAY, Cheryl; KAUFMANN, Daniel. Corruption and development. *Finance and Development*, v. 35, n. 1, p. 7-10, 1998.
- INOUE, Carlos F. K. V.; LAZZARINI, Sergio G.; MUSACCHIO, Aldo. Leviathan as a minority shareholder: firm-level implications of state equity

- purchases. *Academy of Management Journal*, v. 56, n. 6, p. 1775-1801, 2013.
- JONES, Leroy P. Performance evaluation for state owned enterprise. In: RAMAMURTI, Ravi; VERNON, Raymond (Ed.). *Privatization and control of state owned enterprise*. Washington, DC: The World Bank, 1991. p. 179-205.
- JUSTESEN, Mogens K.; BJØRNSKOV, Christian. Exploiting the poor: bureaucratic corruption and poverty in Africa. *World Development*, v. 58, n. 6, p. 106-115, 2014.
- KALLÁS, David. *A moderação da concentração setorial no efeito do ambiente institucional na performance empresarial*. 2014. Tese (doutorado) — Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.
- KATO, Atsushi; SATO, Takahiro. Greasing the wheels? The effect of corruption in regulated manufacturing sectors of India. *Canadian Journal of Development Studies/Revue Canadienne d'Études du Développement*, v. 36, n. 4, p. 459-483, 2015.
- KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; MASTRUZZI, Massimo. Governance matters III: governance indicators 1996, 1998, 2000 and 2002. *The World Bank Economic Review*, v. 18, n. 2, p. 253-287, 2004.
- LA PORTA, Rafael et al. Investor protection and corporate governance. *Journal of Financial Economics*, v. 58, n. 1, p. 3-27, 2000.
- MAURO, Paolo. Corruption and growth. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 110, n. 3, p. 681-712, 1995.
- MELO, Felipe Luiz Neves Bezerra de; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra; OLIVEIRA, Renato Lima de. Bureaucratic corruption and entrepreneurship: an empirical analysis of Brazilian states/Corrupção burocrática e empreendedorismo: uma análise empírica dos estados brasileiros. *RAC — Revista de Administração Contemporânea*, v. 19, n. 3, p. 374-398, 2015.
- MÉON, Pierre G.; SEKKAT, Khalid. Does corruption grease or sand the wheels of growth? *Public Choice*, v. 122, n. 1-2, p. 69-97, 2005.
- MEYER, Breed D. Natural and quasi-experiments in economics. *Journal of Business & Economic Statistics*, v. 13, n. 2, p. 151-161, 1995.
- MO, Pak Hung. Corruption and economic growth. *Journal of Comparative Economics*, v. 29, n. 1, p. 66-79, 2001.
- MUSACCHIO, Aldo; LAZZARINI, Sergio G. Leviathan in business: varieties of state capitalism and their implications for economic performance. *Harvard Business School, Working Paper*, n. 12-108, 2012.
- OLMOS, Eduardo A. *Recuperación de activos en casos de corrupción: cooperación civil internacional*. 2013. 193 f. Dissertação (mestrado) — Universidad de Salamanca, Salamanca, 2013.
- OVASKA, Tomi; SOBEL, Russel S. Entrepreneurship in post-socialist economies. *Journal of Private Enterprise*, v. 27, n. 1, p. 8-28, 2005.
- PERSSON, Anna; ROTHSTEIN, Bo; TEORELL, Jan. Why anticorruption reforms fail—systemic corruption as a collective action problem. *Governance*, v. 26, n. 3, p. 449-471, 2013.
- PIETH, Mark. Cooperação internacional de combate à corrupção. In: ELLIOTT, Kimberly Ann (Org.). *A Corrupção e a economia global*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. p. 183-200.
- RIBEIRO, Renato J. B. Possibilidades de combate à corrupção pelo estado burocrático/patrimonialista na América Latina em um contexto de cenário de sociedade informacional. *Revista do TCU*, Brasília, v. 32, n. 88, p. 75-85, abr./jun. 2001.
- ROSE-ACKERMAN, Susan. A economia política da corrupção. In: ELLIOTT, Kimberly Ann (Org.). *A corrupção e a economia global*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. p. 59-96.
- SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. Politicians and firms. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 109, n. 4, p. 995-1025, 1994.
- SPECK, Bruno W. *Caminhos da transparência*. Campinas: Unicamp, 2002.
- SPECK, Bruno W. Mensurando a corrupção: uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas. *Cadernos Adenauer*, v. 10, p. 9-45, 2000.
- SVENSSON, Jakob. Eight questions about corruption. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 19, n. 3, p. 19-42, 2005.

TANZI, Vito; DAVOODI, Hamid. Corruption, public investment, and growth. In: SHIBATA, Hirofumi; IHORI, Toshihiro. *The welfare state, public investment, and growth*. Berlim: Springer, 1998. p. 41-60.

WORLD BANK. *Worldwide governance indicators*. 2017. Disponível em: <<http://info.worldbank.org/>

[governance/wgi/index.aspx#home](http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#home)>. Acesso em: 6 maio 2017.

XAVIER, Wlamir G. *O efeito das mudanças institucionais em Business Groups no Brasil*. Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, 2011.

Elias Pereira Lopes Júnior

Doutor em administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV-EAESP) e professor do curso de Administração da Universidade Federal do Cariri (UFCA). E-mail: elias.junior@ufca.edu.br.

Samuel Façanha Câmara

Doutor em ciências econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pós-doutoramento em Inovação pela FGV/EBAPE e professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: samuel.camara@uece.br.

Leonino Gomes Rocha

Mestre em administração pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e doutorando em estado de direito e governança global pela Universidade de Salamanca/Espanha. Auditor federal de Finanças e Controle pela Controladoria-Geral da União. E-mail: leoninor@hotmail.com.

Alexander Brasil

Mestre e doutorando em administração pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor do curso de graduação em Administração do Centro Universitário Christus (Unichristus). E-mail: alexander_brasil@yahoo.com.br.